

Concessionária Mineirinho SPE S.A.

CNPJ nº 47.530.243/0001-03

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)													
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Notas 31/12/2023 31/12/2022		Notas 31/12/2023 31/12/2022				Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total	Total do Patrimônio Líquido			
Circulante			Receita líquida	18	1.789.275	954.791	Constituição da Concessionária em 11/08/2022	4.721.410	-	4.721.410	4.721.410		
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.556	692.788				(4.721.410)	-	(4.721.410)	-	(4.721.410)		
Contas a receber de clientes	6	331.626	19.982	Lucro bruto	19	(246.334)	(441.771)						
Adiantamentos	7	3.054.788	80.026	Receitas (despesas) operacionais:		1.542.941	513.020						
Partes relacionadas	16	8.743	3.000.000	Despesas gerais e administrativas	19	(2.562.689)	(2.184.372)	4.721.410	-	4.721.410	4.721.410		
Despesas antecipadas	9	38.269	54.307	Outras receitas (despesas) operacionais		54.545	835	4.721.410	(1.671.897)	3.049.513	3.049.513		
		3.526.982	3.847.103	Resultado financeiro		(2.508.144)	(2.183.537)	4.721.410	(640.947)	4.080.463	4.080.463		
Não circulante				Receitas financeiras	20	1.738	38						
Contas a receber de clientes	6	19.982	-	Despesas financeiras	20	(8.027)	(1.418)						
Imposto diferido	10	330.546	-			(6.289)	(1.380)						
Imobilizado	11	3.820	1.622.183	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL		(971.493)	(1.671.897)						
Intangível	12	2.402.810	102.386	IRPJ e CSLL diferido	10	330.546	-						
		2.757.157	1.724.570	Prejuízo do exercício		(640.947)	(1.671.897)						
Total do ativo		6.284.139	5.571.673										
Passivo e patrimônio líquido				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES									
Circulante				31/12/2023 31/12/2022									
Fornecedores	13	226.301	564.870	Prejuízo do exercício		(640.947)	(1.671.897)						
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	102.138	1.020	Total do resultado abrangente do exercício (640.947) (1.671.897)									
Provisão férias e encargos sociais	14	49.087	-	Total do resultado abrangente atribuído a									
Adiantamentos	7	171.849	257.155	Acionistas da Companhia		(640.947)	(1.671.897)						
Concessões e serviços públicos a pagar	15	-	103.620	e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. 4. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2023: 4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nos passivos operacionais contábeis da Companhia, a saber: Alteração na Norma IAS 8/ CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; Alteração na Norma IAS 12/ CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; Alteração na Norma IFRS 17/ CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023; Alteração na Norma IAS 1/ CPC 26 em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023, com aplicação anterior permitida. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento financeiro, e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. 4.2. Novas normas, revisões e interpretações em vigor em 2023: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) – acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 16/ CPC 47 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/ CPC 26 – esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/ CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/ CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/ CPC 02 (R2) – exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.									
Outras contas a pagar	15	5.326	18.707	5. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2023 31/12/2022								
		554.701	945.373	Caixa e bancos		8.459	5.201						
Não circulante				Aplicações financeiras (*)		85.097	687.687						
Adiantamentos	16	-	1.380.648	93.556	692.788								
Partes relacionadas	16	3.320.872	196.139										
		3.469.710	1.576.787										
Patrimônio líquido													
Capital social	17	4.721.410	4.721.410										
Prejuízos acumulados		(2.312.844)	(1.671.897)										
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		2.408.566	3.049.513										
Total do passivo e patrimônio líquido		6.284.139	5.571.673										
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS													
1. Contexto Operacional: A Concessionária Mineirinho SPE S.A. ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Av. Antônio Abraão Caram, 1000, no bairro São Lázaro, na cidade de Belo Horizonte – MG, constituída em 11/08/2022. A Companhia tem por objetivo a atividade de Concessão de Uso, a título oneroso, do Estádio Jornalista Felipe Drummond – "Mineirinho". A Companhia apresenta em 31/12/2023 os montantes de R\$ 2.312.844 e R\$ 2.408.566 de prejuízos acumulados e patrimônio líquido, respectivamente, por estar em fase de investimento na revitalização do Complexo do Mineirinho. 2. Demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia, apresentadas abaixo são elaboradas em conformidade com as práticas e dispositivos legais aplicáveis.													
3. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas são as demonstrações contábeis estão definidas abaixo. 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).													
3.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores em 19/03/2024. 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.													
3.4. Políticas contábeis das demonstrações contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) Instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros): Os principais impactos da adoção do CPC 48 – instrumentos financeiros estão relacionados a classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e a opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Empresa não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Custo amortizado: São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) com termos contratuais não originem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente: São ativos financeiros mantidos para (i) tanto para o recebimento do seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais são originem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros e sobre o valor do principal em aberto. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para instrumentos derivativos. c) Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. d) Intangível: Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Conforme OCP 05 – Contratos de Concessão, itens 11.6 e 11.7, ao que trata-se da amortização dos bens integrantes da infraestrutura vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, só a égide da Lei nº 10.849/04 (nova marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão ou prazo de reversão dos bens no poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. e) Partes relacionadas: Os valores são registrados inicialmente a valor de custo, conforme transferências realizadas intercompany atreladas a taxas de juros estipuladas em contratos. f) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. g) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes: A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. h) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). i) Impostos diferidos: O imposto de renda diferido quando reconhecido pelo efeito fluxo estimado das diferenças temporárias dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados em conformidade com a legislação tributária e NBC TG 32/ R4 (Instrução CVM 371/02 e Deliberação CVM 599/09) – tributos sobre lucro. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável, contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos dos valores contábeis das demonstrações contábeis. As alquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando a Companhia possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e se ambos pertencerem a mesma autoridade fiscal. 3.5. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias													

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link: <https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/10-04-2024-p3>



São Paulo, 19/03/2024.

Victor Henrique Fortunato Ferreira

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 1 SP 232326/O-3

Rafael Carneiro Bastos de Carvalho - Diretor

Clecio Gomes de Jesus - Contador - CRC 1 SP 336364/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Mineirinho SPE S.A., São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Mineirinho SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Mineirinho SPE S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e estimado em R\$ 85.912.297 (oitenta e cinco milhões, novecentos e doze mil, duzentos e noventa e sete reais). Adicionalmente com o objetivo de incluir a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parceria com cossegurado em atendimento às disposições constantes no contrato de concessão, há vigente a aplicação de seguro nº 2017070006238 junto KQVR Seguradora, na modalidade de garantia de execução do contrato de concessão no valor R\$ 2.395.615 (dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais).

Risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos. **Risco de liquidez:** Os principais passivos financeiros da Companhia são fornecedores. Estes saldos possuem vencimentos inferiores há um ano. **22. Seguros: Riscos de engenharia e garantias de contrato:** A Concessionária possui as apólices de seguros vigentes de nº 67.09.2022.0402683 e 67.09.2022.0402520 junto a Liberty Seguros e AXA Seguros respectivamente, nas modalidades de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil Geral, que garantem indenização até o limite de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). O valor global do Contrato de Concessão é estimado em R\$ 85.912.297 (oitenta e cinco milhões, novecentos e doze mil, duzentos e noventa e sete reais). Adicionalmente com o objetivo de incluir a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parceria com cossegurado em atendimento às disposições constantes no contrato de concessão, há vigente a aplicação de seguro nº 2017070006238 junto KQVR Seguradora, na modalidade de garantia de execução do contrato de concessão no valor R\$ 2.395.615 (dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais).